

Ofício 386/2015 – 24 de novembro

**Vereador Thiago Mapa
Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto**

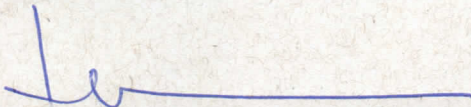
Senhor presidente,

A Câmara solicita, através de Requerimentos, informações sobre subvenções acordadas com entidades do município. Seguem abaixo as informações:

- Requerimento 224/15, que trata do Educandário Santo Antônio: segue anexo nota da Prefeitura constante do site com histórico sobre o assunto.
- Requerimento 222/15, que trata da Associação dos Moradores da Vila Residencial Antônio Pereira: houve uma demora na tramitação dos documentos na Prefeitura. Já neste semestre, houve um entendimento entre o Executivo e a entidade para a liberação do dinheiro em parcelas. Ao analisar a documentação, no entanto, verificou-se que o Plano de Trabalho previa R\$ 22 mil para pagamento de aluguel, já que o recurso destina-se à manutenção da Casa Escola, que funciona em casa particular do Antônio Pereira. Vendo que este valor seria insuficiente para os compromissos da Associação, decidiu-se pela revisão do referido Plano, aumentando-se o valor destinado a este pagamento. Esta revisão encontra-se em fase final.

Solicito a Vossa Excelência transmitir a todos os vereadores as informações ora encaminhadas.

Sem mais para o momento, agradeço.



**Flávio Andrade
Secretário Municipal de Governo**

Secretaria Municipal de Governo - 100006209 - 24/11/2015 10:53

Histórico Processo Educandário Santo Antônio

A Câmara Municipal devolveu R\$ 98 mil reais à Prefeitura para que fossem repassados ao Educandário Santo Antônio.

Este repasse não é automático, pois depende de elaboração de Projeto de Lei do Poder Executivo solicitando autorização da Câmara para repassar o dinheiro à entidade (mesmo que o recurso tendo vindo do próprio Poder Legislativo). Este procedimento foi feito.

Após a aprovação do Projeto de Lei pela Câmara e a sanção do prefeito, as normas exigem que a entidade organize extensa documentação para a assinatura do Convênio. Isto foi feito durante 2014.

Já no final do citado ano, a arrecadação do Município começou a diminuir drasticamente, gerando um quadro de enormes dificuldades financeiras. Isto comprometeu repasses de recursos previstos para algumas entidades, inclusive o Educandário.

E, fevereiro deste ano, o prefeito determinou à Secretaria Municipal de Governo que agilizasse os procedimentos referentes à instituição. Ao levantar a documentação existente no processo, verificou-se que havia uma planilha de custos somando R\$ 98.000. No entanto, não havia o projeto técnico explicitando quais seriam as intervenções e em quais obras seria aplicado o recurso, o que contraria as normas de repasse de subvenções. O processo não poderia ter sequência sem estas informações.

Ainda em fevereiro, a Prefeitura contactou servidora do Educandário, tendo sido informada de que o projeto técnico não existia e que a planilha tinha sido elaborada por um empreiteiro da cidade. A referida servidora foi informada da imprescindibilidade do projeto para que se desse sequência ao processo, nos termos da lei. A servidora do Educandário ficou de contactar o empreiteiro e pedir-lhe o citado projeto.

Passados alguns dias, o Gabinete do prefeito foi informado pela secretária municipal de Meio Ambiente que o Educandário tinha solicitado uma capina em área onde seria construída uma rampa pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

O Gabinete do prefeito contactou novamente o Educandário, reforçando a necessidade do projeto técnico e solicitando que os entendimentos com a Prefeitura fossem centralizados no próprio Gabinete, evitando duplicar os esforços e confundir as ações.

Em fins de maio, como o projeto técnico não foi apresentado, a Prefeitura procurou a irmã Werneck em Mariana, ecônoma da Congregação. Esclarecidos alguns maus entendidos, ela solicitou que o Município fizesse contato com o engenheiro Fabiano, de Belo Horizonte, que seria o responsável pelas tratativas com a Prefeitura a partir daquele momento.

Na mesma semana, em conversa telefônica, o engenheiro Fabiano solicitou que a Prefeitura suspendesse a tramitação do processo da subvenção, pois haveria um novo projeto que ele encaminharia ao Município. Pedi-lhe que me encaminhasse um email formalizando esta posição, mas isto não foi feito.

Ainda em junho, o Gabinete voltou a contatar o engenheiro por telefone, consultando-o sobre o projeto, tendo sido informado de o mesmo estava sendo finalizado.

Só em 26 de junho, o Fabiano submeteu o projeto técnico da intervenção à Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. O mesmo foi analisado com toda a agilidade, tendo sido aprovado em 3 de julho.

Paralelo a isto, a Prefeitura participou, no mês de julho, de Audiência no Ministério Público-MP, na qual explicitou estes problemas e manifestou novamente o desejo de resolver a situação.

Na ocasião, a Prefeitura ressaltou, perante o MP e representantes do Educandário, que estas dificuldades administrativas eram agravadas pela enorme dificuldade financeira enfrentada pelo Município. Como ressaltado na audiência, tal situação era reflexo do quadro das finanças públicas a nível nacional, que atingiu de maneira mais profunda cidades mineradoras como a nossa.

Cabe informar que, em relação a 2014, a receita municipal tem caído cerca de 4 milhões de reais a cada mês, obrigando o Município a adotar um rigoroso plano de contenção de gastos. Obras foram paralisadas, serviços foram diminuídos, gastos com diárias e horas-extras foram quase zerados e salários do prefeito, vice e de ocupantes de cargos comissionados foram reduzidos, dentre outras ações.

Não houve como não estender esta contenção às subvenções programadas para repasse a entidades. Ao invés de adiá-las ainda mais, o Município optou pelo parcelamento destes repasses, o que permitiu a manutenção do apoio a diversas iniciativas da sede e dos distritos.

Há algumas semanas, a Prefeitura informou ao Educandário que o recurso seria repassado em quatro vezes, e a primeira parcela seria liberada no início de setembro.

Na sexta feira, 11 de setembro, identificamos outra pendência: havia débitos do Educandário para com o Município no tocante à TCR - Tarifa de Coleta de Resíduos. Por força de lei, o Município não pode liberar recursos sem a Certidão Negativa de Débitos. Mesmo sendo feriado municipal no dia 14 (Senhor Bom Jesus de Matosinhos), no início da tarde, representante da Prefeitura foi ao Educandário. Explicou-se o fato à irmã Graça

e entregou-lhe os dois boletos da referida taxa. Assim que fosse efetuado o pagamento, o sistema informatizado da Secretaria Municipal da Fazenda liberaria o processo.

A programação da Prefeitura era entregar à entidade a primeira parcela de R\$ 25 mil já na quarta feira, 16 de setembro, o que foi informado à irmã Graça. No dia anterior, 15 de setembro, a Prefeitura recebeu ofício das irmãs informando sobre o encerramento das atividades.

Entendemos que o histórico acima listado deixa claro que o atraso na liberação dos recursos não foi culpa exclusiva do Município. Reconhecemos que houve problemas por parte da Prefeitura. É patente que os procedimentos internos de tramitação e análise de matérias desta natureza devem ser melhorados, e estamos nos esforçando para isto. Um dos grandes desafios do gestor público atual é conciliar as amarras e determinações da lei com a agilidade que a Sociedade precisa.

Finalmente, em 17 de setembro último, o Município entregou ofício ao Educandário registrando o histórico descrito acima e solicitando que a entidade reconsiderasse sua decisão. A Prefeitura ainda não recebeu resposta.